

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****149ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 482/2025/CMRI/CC/PR

NUP: 23658.017291-2025-11**Requerente: C. A. D.****Órgão: EBSERH - HC-UFG - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás****RESUMO DO PEDIDO**

O requerente afirmou que a residente médica J. V. G. M. pegou em sua perna sem sua permissão. Por esse motivo, pede ao Hospital que tome providências.

RESPOSTA DO ÓRGÃO REQUERIDO

O órgão respondeu que o presente pedido de acesso à informação foi tratado como denúncia e encaminhado à autoridade competente do HC-UFG/EBSERH para análise e tratativas. De acordo com o Hospital, os fatos narrados não fornecem os mínimos elementos para prosseguir com a apuração, pois, após diligências, verificou-se que a conduta realizada foi estritamente ética, técnica e respeitosa, tendo o paciente sido atendido de forma integral, lúcido e sem qualquer intercorrência, conforme demonstrado no relatório clínico regularmente emitido pela profissional. Em complemento, destacou que a residente médica informou que o reclamante obteve informações privadas suas, como seu número de telefone pessoal e perfil de redes sociais, passando a enviar mensagens de mesmo teor por outros canais e inclusive comentar publicamente em postagens de terceiros, causando enorme constrangimento e violação à sua intimidade, motivo pelo qual foi feito boletim de ocorrência na autoridade policial competente tendo em vista a devida representação criminal contra o usuário. Ante o exposto, o resolveu arquivar o presente processo administrativo, devendo o mesmo ser tratado pelos órgãos competentes criminalmente por se tratar de denúncia de crime comum.

RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA

O requerente reiterou o teor da denúncia e acrescentou que a residente médica não tem experiência. Também alegou que está sem possibilidade de locomoção pela fratura na perna, pois não recebeu atendimento. Por fim, afirmou que vai processar o HC-UFG.

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA

O órgão reiterou a resposta ao pedido inicial.

RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

O recurso apenas traz "X?" repetido em duas linhas.

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

O órgão reiterou a resposta ao pedido inicial e ao recurso em 1ª instância.

RECURSO À CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

O requerente descreveu o conceito de termos relacionados aos direitos do paciente: abandono, acompanhante, alta, anestesia, atendimento digno, autonomia, criança, Exames, gravação, identificação, informação, medicação, morte, pesquisa, prontuário, receituário, recusa, respeito, sangue, segunda opinião e sigilo.

ANÁLISE DA CGU

A CGU destacou que o objeto inicial se caracteriza como denúncia e que demandas dessa natureza são consideradas manifestação de ouvidoria e estão fora do escopo da LAI, possuindo rito próprio, conforme legislação que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública Federal e institui o sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal. A CGU ressaltou que o órgão recorrido informou que tratou o pedido como denúncia, encaminhou o caso à autoridade competente do HC-UFG para análise e tratativas e transcreveu o conteúdo do despacho, após diligências, para conhecimento do cidadão. Por fim, orientou o cidadão que, caso deseje realizar qualquer manifestação de ouvidoria, relativa aos serviços prestados por servidores, empregados ou órgãos e entidades da administração pública federal, poderá fazê-lo por meio do acesso à Plataforma Fala.BR, utilizando a opção adequada para tanto.

DECISÃO DA CGU

A Controladoria-Geral da União não conheceu do recurso, visto que tem característica de denúncia, que é manifestação de ouvidoria, e que está fora do escopo da LAI, nos termos dos seus artigos 4º e 7º.

RECURSO À COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CMRI)

O requerente afirmou que foi encaminhado pelo CAIS do Novo Mundo para vaga de cirurgia, que no Hospital foi atendido na recepção e não no consultório, além de que não foi tratado com respeito. Também solicitou o pedido de encaminhamento do CAIS e o Relatório Médico, que, segundo ele, a residente médica se negou a entregar. Por fim, requereu ainda todos os dados das diligências e testemunhas e documentos do processo do número de protocolo 23658.017291/2025-11.

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Recurso não conhecido

- Súmula CMRI nº 2/2015
- Parte do objeto está fora do escopo dos arts. 4º e 7º da Lei nº 12.527/2011

ANÁLISE DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Inicialmente, vale constatar que, conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade e regularidade formal. Porém, por não ter atendido o requisito do cabimento, o presente recurso não foi conhecido por esta Comissão, visto que não houve negativa de acesso à informação solicitada, conforme análise a seguir. Extrai-se dos autos que o órgão requerido prestou os todos os esclarecimentos acerca da denúncia protocolada. O Hospital explicou que os fatos narrados não forneciam os mínimos elementos para prosseguir com a apuração, pois, após diligências, verificou-se que a conduta realizada pela residente médica foi estritamente ética, técnica e respeitosa, tendo o paciente sido atendido de forma integral, lúcido e sem qualquer intercorrência, conforme demonstrado no relatório clínico emitido pela profissional. O requerente permaneceu irredimido com os esclarecimentos e manteve nos seus recursos, inclusive à CMRI, o teor de reclamação sobre o atendimento oferecido pelo HC-UFG. Portanto, elemento que se enquadra como manifestação de ouvidoria, a qual não encontra amparo no direito tutelado pela Lei nº 12.527, de 2011 (LAI), mais precisamente de demonstração de insatisfação relativa à prestação de serviço público, que possui rito processual próprio, sendo regida pela Lei nº 13.460, de 2017, e pelo Decreto nº 9.492, de 2018, e que deve ser registrada no canal apropriado da plataforma Fala.BR, para o seu devido tratamento. Ademais, junto a esta Comissão, o cidadão passa a requerer documentos, demanda que não estava especificada nas instâncias prévias o que configura ocorrência de inovação em fase recursal, nos termos da Súmula CMRI nº

2, de 2015. Portanto, indica-se ao requerente a formulação de novo pedido relativo a esse ponto, a fim de viabilizar a apreciação da matéria pelas instâncias administrativas iniciais.

DECISÃO DA CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, nos termos da Ata da 149ª Reunião Ordinária, por unanimidade, não conhece do recurso, visto que o recurso tem teor manifestação de ouvidoria que não faz parte do escopo do direito de acesso à informação, nos termos dos artigos 4º e 7º da Lei nº 12.527, de 2011, bem como por haver inovação da matéria em fase recursal, nos termos da Súmula CMRI nº 2, de 2015, não avaliada nas instâncias prévias.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 14/10/2025, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima, Chefe de Gabinete**, em 15/10/2025, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Míriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 16/10/2025, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 17/10/2025, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 20/10/2025, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO, Usuário Externo**, em 29/10/2025, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7030602** e o código CRC **8CE2CE7C** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0